

Fortunas já começaram a fugir ao novo imposto do PS

- ➔ **PS estuda imposto sucessório de 14% para valores acima de 1 milhão de euros**
- ➔ **Últimas semanas marcadas por onda de operações para evitar taxa**

Os portugueses com património elevado já estão a tomar medidas para proteger as fortunas do futuro imposto sucessório, incluído no programa de governo do PS. Os contactos junto de escritórios de advogados têm vindo a intensificar-se por parte de clientes preocupados, que querem precaver-se e assegurar que o futuro imposto não irá penalizar as suas heranças. As doações em vida, o usufruto vitalício de ativos, ter ações de uma empresa ao portador e a colocação dos bens em *trusts* são algumas das formas de evitar o imposto, caso

este avance. Em causa deverá estar um imposto sucessório à volta dos 14% para heranças de valor líquido superior a €1 milhão — o encaixe para os cofres do Estado estará estimado entre os €70 milhões e os €100 milhões.

O PS quer ainda mexer no regime de isenção de IRC dos dividendos, tornando-o menos favorável. As empresas também se estão a salvaguardar e, desde as eleições, houve três empresas cotadas a anunciar que vão distribuir parte dos resultados pelos seus acionistas, já este ano. **ES**



Antecipação Há cada vez mais clientes com fortunas a pedir ajuda a advogados para evitar o imposto sucessório

Ricos protegem heranças

Texto ANA SOFIA SANTOS
Foto ALBERTO FRIAS

O "papão" do imposto sobre as heranças está a amedrontar os portugueses com património elevado. Desde que o programa de governo do Partido Socialista (PS) foi divulgado, os contactos junto de escritórios de advogados intensificaram-se. Os clientes querem perceber com o que podem vir a contar e querem, sobretudo, preservar-se e salvaguardar que o futuro imposto sucessório não fará mossa nas suas fortunas. E muitos estão já a pôr a salvo o património.

O PS estará a trabalhar num cenário de um imposto sucessório à volta dos 14% para heranças de valor líquido superior a €1 milhão. O encaixe para os cofres do Estado estará estimado numa janela entre os €70 milhões e os €100 milhões. Mas está tudo em aberto porque esta era uma das medidas para acomodar a descida da taxa social única (TSU) que afinal não vai acontecer.

Os possíveis visados no futuro imposto sobre as heranças estão, portanto, a pedir conselhos a advogados e a antecipar formas de escapar à carga fiscal. O Expresso contactou várias sociedades de advogados que confirmam este movimento. Nuno da Cunha Barnabé, sócio da PLMJ, confirma que o escritório tem sido abordado por clientes que querem evitar a tributação, "mas especificamente e apenas no sentido de anteciparem a respetiva sucessão no quadro fiscal atual".

Também a associada coordenadora da área fiscal da Miranda, Margarida Gouveia de Oliveira, refere que "ainda antes deste volte-face político, fomos contactados por várias pessoas preocupadas com a inclusão no programa eleitoral do PS deste tipo de imposto". E acrescenta que "muitas pessoas com património imobiliário estão a pensar reestruturar (os ativos). Há uma indústria muito ativa neste segmento com novos produtos financeiros e há, por exemplo, muitas pessoas que estão a fazer doações de imóveis aos filhos com a reserva de usufruto, a solução tradicional de antigamente".

Por sua vez, o sócio da PLMJ sublinha que "os contribuintes vão procurar, podendo, antecipar a transmissão do seu património para os respetivos herdeiros antes da aprovação do novo imposto, o que não deverá suceder antes da aprovação do Orçamento do Estado para 2016, daqui por 2 a 3 meses".

Há várias formas de evitar o futuro imposto: através de doações em vida que, sendo feitas ao cônjuge e/ou a descendentes e ascendentes estão isentas de Imposto do Selo, que se situa nos 10% (nos imóveis havendo uma doação em vida aplica-se uma taxa de 0,8%); o

usufruto vitalício dos ativos, em que a propriedade é transferida para uma terceira pessoa, mas quem transmite pode continuar a exercer os direitos sobre os ativos (viver numa casa transferida aos filhos, por exemplo); ter ações de uma empresa ao portador (que se usou muito antigamente), o que oferece alguma opacidade em relação ao proprietário dos bens; e também há a colocação dos bens em *trusts*, uma solução mais elaborada em que a gestão do património é confiada a uma empresa, em benefício de uma ou mais pessoas.

Aliás, coincidência ou não, na semana passada o empresário Paulo Fernandes, acionista de referência e presidente-

executivo da Altri, doou cerca de 7,7 milhões de ações da empresa de pasta de papel aos filhos. Paulo Fernandes escusou-se a comentar ao Expresso esta operação, até ao fecho desta edição.

Há também estrangeiros apreensivos com a intenção de se ressuscitar o imposto sucessório. "Estamos a ser contactados maioritariamente por clientes estrangeiros que pretendiam vir a residir ou investir em Portugal e que suspenderam essas decisões até entenderem o teor e alcance das medidas que foram anunciadas", garante o sócio da Vieira de Almeida, Tiago Marreiros Moreira.

O imposto sucessório será um regres-

so ao passado. O imposto sobre sucessões e doações foi abolido em 2003 depois da reforma da tributação do património, durante o governo de coligação PSD/CDS, liderado por Durão Barroso e que tinha Manuela Ferreira Leite como ministra das Finanças. À época o CDS reivindicou os louros da eliminação da tributação das heranças.

Receita fraca

As razões para o fim do imposto sucessório prenderam-se com a dificuldade de controlo das fortunas, em particular quando o património era escondido numa sociedade, em

terreno *offshore*, a par com a complexidade técnica e do peso administrativo que impunha na máquina fiscal, com um resultado pouco expressivo nas receitas. Em 2002 foram cobrados pouco mais de €97 milhões, sensivelmente o mesmo valor que o PS perspetiva vir a obter, 14 anos mais tarde. O imposto do selo gerou em 2014 mais de €1300 milhões e, apurou o Expresso, a sua receita estará a crescer 7,4% nos últimos três meses, face a período homólogo.

Por outro lado, o fiscalista Nuno Sampayo Ribeiro deseja que "o debate sobre a eventual criação do



E, no entanto, a economia move-se

Expectativa sobre o futuro governo está longe de paralisar a economia. Há quem "espere para ver", mas poucos assumem terem adiado investimentos

É a Bolsa que cai e os juros da dívida que sobem, e isso só pode ser mau sinal. São os juros da dívida que afinal descem e a Bolsa que não cai assim tanto, e isso já não é tão mau sinal. Nos últimos dias tem sido assim. Para o

cidado comum e para os empresários que procuram avaliar o impacto que poderá ter nos seus negócios a incerteza sobre o futuro governo.

Expectativa é a palavra de ordem transversal a todos os sectores económicos ouvidos pelo Expresso. Mas ainda longe de traduzir qualquer sentimento de pânico que leve ao adiamento ou cancelamento generalizado de investimentos previstos.

Peter Villax, o empresário da Hovione

que promoveu na semana passada o Manifesto de 100 empresários que advertiram para os riscos de um Governo anti-iniciativa privada, diz que, a confirmar-se um governo PS, "existem condições para se começar a reduzir a crispação e a incerteza que em Portugal está mergulhado". Porque os socialistas "terão de governar dentro dos compromissos que Portugal assumiu internacionalmente".

Mas o fator incerteza permanece no ambiente empresarial. A preocupação decorre, por exemplo, "de como será financiado o aumento de despesa anunciado nos três documentos" assinados pelo PS. Francisco van Zeller, ex-presidente da CIP e um dos promotores do manifesto, é um dos mais preocupados. Porque com este acordo à esquerda "a instabilidade permanecerá". "Nenhum empresário no seu perfeito juízo vai

investir nem lançar novos projetos", diz, convicto de que as empresas optarão por "orçamentos defensivos, adiamento de investimento e suspensão da contratação". Um cenário corroborado por João Costa, presidente da Associação Têxtil e Vestuário, para quem "no atual quadro de instabilidade" muitas empresas do sector que tinham planos de investimento prontos a avançar para modernizar, expandir, inovar ou internacionalizar vão "ficar paradas, a ver como as coisas evoluem".

Mas estas opiniões estão longe do consenso. Na Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares, o presidente Jorge Henriques diz que, "neste momento, não há qualquer nota de estagnação ou adiamento do investimento no sector", apesar da "grande inquietude dos empresários relativamente à imprevisi-

bilidade das políticas que serão aplicadas em matéria fiscal e económica", diz.

Na Associação Empresarial de Portugal (AEP), o presidente Paulo Nunes aponta para que os investimentos com financiamento fechado e em execução prossigam. Isto apesar de dominar "um sentimento de expectativa e insegurança" desde as eleições, agora agravado com os receios dos efeitos no financiamento das empresas, nomeadamente pela pressão acrescida a que a banca está a ser sujeita na Bolsa. Por isso, o que pode ser adiado são algumas decisões de investimento, à espera que a situação se defina.

Do lado da banca, as indicações dadas ao Expresso apontam também para a inexistência de qualquer sinal de empresas com projetos de financiamento já aprovados que equacionem colocá-los



imposto sucessório tenha por base a verdade sobre a realidade legal hoje vigente em Portugal. Isto porque é convicção generalizada, mesmo junto de juristas e analistas, que não existe tributação sobre transmissões gratuitas por vida ou morte. Não é verdade: são tributadas, incluindo a favor de residentes não-habituais, em imposto do selo à taxa de 10%, exceto se a transmissão for para o cônjuge, unido de facto ou descendentes — o que quer dizer que um irmão paga 10%".

Nuno da Cunha Barnabé comenta ainda que este ressurgimento se resume a "uma bandeira ideológica da política fiscal de esquerda, tal como foi a sua abolição em 2003 por iniciativa do CDS. Mas com a diferença de que, então, houve uma avaliação objetiva que sustentava a abolição do imposto, que agora parece não existir — reduziu receita, custos elevados de gestão e fiscalização e permeabilidade à evasão fiscal. E esses fatores mantêm-se". "A receita estimada de cerca de €100 milhões é quase a mesma que o imposto gerava quando foi abolido (o que fará

OUTRAS MEDIDAS PS

■ "Extinção da sobretaxa sobre o IRS entre 2016 e 2017"

■ "Aumentar a progressividade do IRS, nomeadamente através do aumento do número de escalões"

■ "Eliminar o quociente familiar, que tem uma natureza regressiva, e a sua substituição por uma dedução por cada filho"

■ "Duplicar o crédito fiscal ao investimento para investimentos acima de €10 milhões e desburocratizar a concessão de um crédito fiscal automático"

■ "Revisão da tributação municipal do património, ponderando a introdução da progressividade no IMI"

do mesmo um péssimo investimento no plano orçamental) e o custo de introdução de um novo imposto, se for essa a opção política de um governo PS, algo que não fazemos desde a reforma do património, pode ser muito significativo". Há ainda, lembra Nuno da Cunha Barnabé, o custo de adaptação, formação e recrutamento da máquina fiscal.

O antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de António Guterres, Rogério Fernandes Ferreira (de cujo mandato saiu o anteprojeto para a reforma da tributação do património), recorda que o antigo imposto foi "abolido pela complexidade técnica da sua interpretação e aplicação, que ocupava à volta de dois funcionários por repartição, mas também pela baixa performance que representava em termos de receita (embora possa sair reforçada com a derrogação do sigilo fiscal) e propensão para a fuga". Além disso, lamenta que com esta medida se adota a minar a estabilidade e competitividade fiscais.

com PEDRO LIMA
assuntos@expresso.imprensa.pt

Dividendos: entre a nova tributação e a antecipação

Corticeira Amorim, Altri e Jerónimo Martins anteciparam o pagamento de dividendos. Reação a mudanças da lei pelo PS?

O PS quer mexer na isenção sobre dividendos. Coincidência ou não, desde as eleições houve três empresas cotadas a anunciar que vão distribuir pelos seus acionistas, já este ano, parte dos resultados. O Expresso fez uma ronda por algumas das grandes empresas da Bolsa e não é expectável que haja mais cotadas a adotar esta estratégia.

A proposta do PS pretende alterar a reforma do IRC, em vigor desde 2014, que criou o regime de *participation exemption* (participação isenta). Uma norma que permite que os dividendos recebidos, bem como as mais-valias com a venda de participações sociais, não sejam tributados em IRC, desde que sejam detidos em, pelo menos, 5% do capital social ou dos direitos de voto, e por um período mínimo ininterrupto de 24 meses.

Os socialistas querem que essa isenção — que torna mais competitivas as empresas portuguesas que querem internacionalizar-se, pois reforçou a eliminação da dupla tributação — só ocorra quando o capital social detido seja de, pelo menos 10%. Mas a adoção dessa medida pode gerar alguns "efeitos secundários": desinvestimento por parte de investidores que não tenham capacidade financeira para assegurar o novo mínimo ou até a adoção de esquemas financeiros para aumentar as participações ou os direitos de voto, que não são sempre claros, mas que podem ajudar a contornar estas alterações. E, também, a estratégia recorrente para as sociedades que queiram evitar o aumento da tributação: antecipar o pagamento de dividendos, de forma a que este ocorra antes da alteração à lei.

Já em 2010, quando o executivo socialista de José Sócrates anunciou que iria alterar o regime fiscal sobre os dividendos no ano seguinte, várias empresas anunciaram a antecipação dos

pagamentos previstos aos acionistas para 2011. A decisão da PT, por exemplo, onde então o Estado ainda tinha uma *golden share*, chegou a ser criticada pelo ministro das Finanças da altura, Teixeira dos Santos, por a operadora "dar ideia de querer fugir aos impostos".

No último mês, após as eleições de 4 de outubro, e antes mesmo de haver certezas sobre se vai, ou não, mudar a legislação em vigor, a situação repetiu-se. Mas em todos os casos, a justificação ficou à margem do contexto político e teve argumentários semelhantes.

A 22 de outubro, a Corticeira Amorim invocou "o sólido crescimento da atividade e dos resultados ao longo dos últimos exercícios, bem como as perspectivas para o exercício corrente" para anunciar uma "proposta de distribuição de reservas aos acionistas" no montante total de €32,5 milhões, equivalente a €0,245 por ação. A 30 de outubro foi a vez de a Altri invocar "a evolução favorável dos resultados" deste ano, bem como a "existência de liquidez compatível com adiamento sobre lucros" para anunciar o pagamento de um dividendo de €0,25 por ação, num montante global de €51,2 milhões. Já em novembro, no dia 5, coube à Jerónimo Martins informar que iria distribuir reservas livres no montante de €235,6 milhões, devido à "solidez do balanço" e ao "cash flow gerado" este ano. O montante inclui os dividendos que estavam previstos para 2016 e equivale a um valor bruto de 0,375 por ação.

Alvo natural ou má decisão?

Entre os fiscalistas ouvidos pelo Expresso, há quem entenda que "o regime da participação isenta" era um alvo natural" do governo socialista, como diz Nuno Sampayo Ribeiro. "Desde a primeira hora alertei que era um nado-morto, porque ofendeu o consenso internacional que coloca a fásquia nos 10% e porque autorizou a ideia matematicamente duvidosa mas politicamente exata que o Governo que extinguiu o rendimento mínimo garantido para os pobres, criou um rendimento garantido para os super-ricos donos de uma participação isenta de tributação".

Já Rogério Fernandes Ferreira, ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de António Guterres, lamenta a "reversão [deste regime]", por "gerar nova instabilidade fiscal, incompreensível depois de tão recente alteração estrutural". E aponta os "efeitos regressivos na atratividade fiscal do nosso país, tanto em termos de investimento interno, como de investimento externo".

Também Tiago Marreiros Moreira, sócio da Vieira de Almeida, aponta no sentido da instabilidade fiscal e da perda de competitividade de Portugal, que se torna menos interessante para os investidores. E sublinha que "numa conjuntura em que se discute bastante a estabilidade dos acordos estabelecidos entre os partidos, será importante recordar que a reforma do IRC resultou exatamente de um acordo entre o PSD, o CDS-PP e o PS no final de dezembro de 2013, tendo entrado em vigor a 1 de janeiro de 2014".

ADRIANO NOBRE com A.S.S.
adriano@expresso.imprensa.pt



António Costa e Mário Centeno querem que os ricos voltem a pagar imposto quando herdarem património

agora em banho-maria. Na área dos fundos, o porta-voz da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios também diz não ter "conhecimento de qualquer alteração de planos resultante da situação política".

Aliás, grandes empresas como a Portucel, Galp Energia, Jerónimo Martins ou El Corte Inglés, assumiram ao Expresso que mantêm as suas estratégias imunes aos sobressaltos políticos. A Portucel, por exemplo, mantém inalterado o investimento de €120 milhões na nova fábrica em Cacia. A Galp Energia também prossegue a execução dos seus planos "nos moldes previstos". Tal como o Hospital da Luz, que não altera o seu plano de expansão, dado que os seus investimentos "não têm qualquer ligação com questões políticas". A Jerónimo Martins, dona do Pingo Doce, também garante

que "continuará a investir em Portugal, como sempre fez mesmo durante os piores anos da recente crise".

Um dos barómetros habituais para perceber a evolução da economia é o mercado publicitário, pela rapidez que costuma apresentar na reação aos ciclos económicos. E nesta área, se o diretor-geral da agência de meios Nova Expressão, Manuel Falcão, diz que está a notar-se "algum adiamento de decisões" dos anunciantes "relativamente à definição de orçamentos de *media*", a secretária-geral da Associação Portuguesa de Agências de Publicidade garante que "não existem até ao momento dados que permitam falar em retração". "Os concursos têm acontecido ao ritmo normal", diz.

Uma situação que o CEO da Omnicon Portugal, Luís Mergulhão, contextualiza

com o facto de nem a incerteza interna nem a incerteza externa serem novidade. "Os decisores dos investimentos publicitários estão conscientes de uma realidade onde hoje uma qualquer reunião do BCE é mais importante do que uma reunião do Conselho de Ministros de Portugal, onde uma declaração de independência da Catalunha terá um efeito na vida das empresas portuguesas muito superior a medidas importantes passíveis de serem adotadas no Orçamento do Estado que venha a ser aprovado para 2016. E, valerá lembrar ainda, as repercussões em alguns setores económicos portugueses do forte abrandamento das economias angolana, chinesa e brasileira", exemplifica.

ADRIANO NOBRE e ABÍLIO FERREIRA,
com E.T., L.V., M.C., M.P. e J.M.P.
abnobre@expresso.imprensa.pt

DIVIDENDO PÓS-ELEIÇÃO

24,5

cêntimos foi o valor do dividendo por ação anunciado a 22 de outubro pela Corticeira Amorim

25

cêntimos por ação foi quanto a Altri anunciou, a 30 de outubro, pagar em dividendos por cada ação

37,5

cêntimos foi quanto a Jerónimo Martins decidiu, a 5 de novembro, distribuir em reservas livres e antecipação de dividendos de 2016



Mercados nervosos desde as eleições

Juros da dívida nacional mais voláteis e afastados dos restantes periféricos da zona euro



Os investidores não gostam de incerteza política FOTO BRENDAN MCDERMID/REUTERS

BOLSA EM MODO DE QUEDA

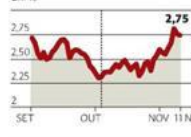
Índice PSI-20 em pontos



FONTE: THOMSONREUTERS

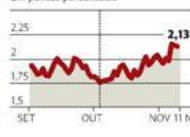
TAXAS DE JURO A 10 ANOS

Em %



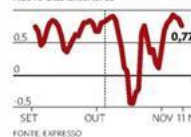
DIFERENCIAL FACE À ALEMANHA

Em pontos percentuais



CORRELAÇÃO COM PERIFÉRICOS

Nos 10 dias anteriores



FONTE: EXPRESSO

Bolsa perde €600 milhões por dia

A conta ainda não está fechada. Seis sessões consecutivas de quedas já retiraram €3600 milhões ao PSI-20, segundo dados da Thomson Reuters. O arrastão que assolou Lisboa retirou 7,3% de valor ao índice desde o dia 4 de novembro, o que compara com a descida de 2% do índice europeu FTSEurofirst 300. O risco aumentou, os investidores reagiram. Só o Millennium BCP vale menos 17%, tal como a construtora Mota-Engil. Os CTT recuaram 14% e outras cotadas perderam quase 10% do seu valor no espaço de poucos dias, como a Galp Energia, a EDP, o Banco BPI e a Teixeira Duarte. Os bancos e as empresas de energia são as cotadas que os analistas apontam que poderão ser mais penalizadas por medidas a implementar por um eventual novo governo. A Altri escapou à onda de vendas e registou máximos históricos após o anúncio do pagamento antecipado de dividendos.

Interpretar o que vai na 'cabeça' dos mercados financeiros é impossível. Até porque os mercados são a soma de muitas vontades — milhões delas — que se juntam numa inenunciável de ordens de compra e venda. Mas pode, ainda assim, medir-se o pulso aos investidores: mercados nervosos são mais voláteis (variam mais). Desde as eleições de 4 de outubro, o comportamento dos juros portugueses afastou-se

dos restantes países periféricos da zona euro. Isso aconteceu a 6 de outubro, 48 horas depois da digestão dos resultados da noite eleitoral, e voltou a manifestar-se, agora de forma mais pronunciada, a 9 de novembro após estar publicamente clara a existência de um acordo à esquerda.

Na segunda-feira passada, os juros das Obrigações do Tesouro a 10 anos chegaram a subir para 2,9%, mais de meio ponto

percentual acima do valor de fecho a 2 de outubro, antes das eleições. Depois desse máximo desde meados de julho, os juros têm variado no patamar dos 2,7%. Também no preço dos seguros contra o risco de bancarrota — os *credit default swaps* (CDS) — houve uma subida desde o final de semana passada. A 9 de novembro, o custo dos CDS saltou 17% para 198,6 pontos-base e prosseguiu a trajetória ascendente estan-

do perto de 203 pontos-base à hora de fecho desta edição.

Os investidores não gostam de incerteza e esta situação de indefinição política provocou alguns recuos. Pelas contas do Expresso, a partir das taxas a 10 anos de Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Grécia, a correlação dos juros portugueses com estes seus pares teve uma descida drástica desde 4 de outubro. Entre o início de setembro e 2 de outubro, a sexta-feira anterior ao sufrágio, a correlação média foi de 0,7 (o que significa, em termos simples, que 70% da variação foi conjunta e 30% resultou de fatores específicos). Desde então, a correlação caiu para 0,3. Quando se analisa a evolução da correlação em termos diários, recorrendo à avaliação dos 10 dias anteriores, verificam-se claramente dois momentos de maior divergência: nos primeiros dias de outubro e mais recentemente (ver gráfico).

BCE é decisivo

Embora possa haver volatilidade, a dívida portuguesa tem estado suportada pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo seu programa de compra de dívida através do qual foram já adquiridos €8,95 mil milhões em obrigações nacionais (dados até final de outubro). Enquanto isso continuar, qualquer pressão do mercado será sempre limitada. Para isso, é necessário que Portugal mantenha classificação de 'investimento' (*investment grade*) em pelo menos uma das quatro agências de notação de risco consideradas pelo BCE. Neste momento, isso apenas acontece na canadiana DBRS que ontem, depois do fecho desta edição do caderno de Economia, tinha agendada uma avaliação do *rating* português.

"De facto, os juros poderão subir substancialmente se o BCE se vir forçado a excluir Portugal do programa. Mas é pouco provável que atinjam máximos, pois a situação económica é melhor do que durante os anos da crise e Portugal tem agora uma ampla almofada financeira", diz-nos Neil Unmack, dos Breaking Views da Reuters. "Pelo menos inicialmente, não vejo Portugal como um risco sistémico para a zona euro", conclui, opinião que é partilhada pelo analista de Wall Street, Marc Chandler. Neste momento, há dúvidas sobre se Cavaco Silva empossa

António Costa e também sobre o Orçamento de Estado para 2016 que será apresentado. Por isso, a maior parte dos analistas prefere esperar para ver ainda que com alguns alertas, nomeadamente da parte dos responsáveis das agências de notação. Ao Expresso, a Moody's sublinhou que "a situação política não influencia a nossa visão fundamental", que "os acordos políticos entre o PS e outros partidos de esquerda não alteram a nossa avaliação materialmente" e vai "precisar conhecer mais detalhes sobre o provável financiamento de algumas medidas, bem como a proposta de Orçamento". A Standard & Poor's admitiu "considerar uma ação negativa no *rating* de Portugal se o novo governo se desviar notavelmente das políticas de recuperação económica", segundo referiu Marko Mršnik, analista principal da agência para Portugal. A Fitch foi a primeira a pronunciar-se após a queda do governo e, numa nota de quarta-feira, alertou que "a derrota do governo minoritário em Portugal realça a instabilidade política" e agrava os riscos "para a consolidação orçamental e implementação de reformas".

ELISABETE TAVARES,
JOÃO SILVESTRE e JORGE
NASCIMENTO RODRIGUES
etavares@expresso.imprensa.pt